

## PALESTINA/ISRAEL - a questão das águas

16 de outubro de 2006

# O conflito israelo-palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos

por Gilberto Souza Rodrigues Júnior

### Introdução

O conflito israelo-palestino é consequência de uma decisão política de criar um Estado judeu na palestina. A princípio, o objetivo era a criação de dois Estados, um judeu e outro árabe, mas os árabes sentindo-se prejudicados e traídos não aceitaram a decisão e se lançaram a uma guerra. Algumas guerras depois, o conflito perdura sem muitas perspectivas de acordo.

Mas a possível paz e a criação de um Estado palestino esbarram em alguns pontos de difícil solução, como os assentamentos judaicos, os refugiados, o *status* de Jerusalém, a definição dos limites do território palestino, a autonomia e soberania de seu governo e também a questão da água, que embora não seja muito explorada na grande mídia, como são os outros pontos, é um fator de extrema importância para a formulação de um acordo, uma vez que é absolutamente inviável a existência de um Estado sem o controle de seus recursos hídricos. Por outro lado, uma gestão conjunta e um consumo igualitário,

também significará um stress hídrico para os dois povos e, conseqüentemente, privações para os cidadãos israelenses acostumados com certo conforto hídrico, em uma terra onde a água não é abundante. Esses problemas vêm sendo discutidos nos últimos acordos e os dois lados sabem da importância desse debate. No entanto, a grande mídia, que busca um viés mais sensacionalista, prefere mostrar o que ficou conhecido como "terror" ao invés de pontos que definitivamente vão ao centro da questão da coexistência de dois Estados na região. Esses acordos, na prática, não trouxeram grandes melhorias para a dramática situação do povo palestino no que diz respeito ao acesso à água.

### A água no centro do conflito

É fato que o problema não é de hoje. Durante os mandatos britânico e francês no Oriente Médio, quando da definição das fronteiras, mais especificamente na Palestina, a



Placa na Cisjordânia, no vale do Rio Jordão

proporção do uso das águas da bacia do rio Jordão foi objeto de acordos entre franceses e ingleses. Após a partilha da ONU em 1948, Israel começou a trabalhar em seus projetos para a distribuição de água em seu território: o *National Water Carrier*, ou Aqueduto Nacional, concluído em 1964, sob protestos da Síria, que transporta para o sul do país, principalmente para irrigar as plantações nas proximidades do Deserto do Neguev, e até recentemente para abastecer os colonos de Gaza. A guerra de 1967, que proporcionou a Israel a anexação dos territórios palestinos de Gaza e Cisjordânia e sírio das Colinas do Golã, e a conseqüente conquista do acesso às mais importantes fontes de água da região, teve como um de seus principais motivos a água. O ex-Ministro das Relações Exteriores israelense Shimon Peres afirma que "Foi esse o caso na crise entre Israel e a Síria, quando esta tentou desviar o Jordão, distanciando-

o do Aqueduto Nacional de Israel (...) acabando por desembocar nos preparativos que culminaram na Guerra dos Seis Dias<sup>1</sup>. Porém essa não parece ser a versão oficial nem em Israel: "O hoje primeiro ministro Ariel Sharon (...) quando era general, disse uma vez que a guerra de 1967 na verdade começara dois anos e meio antes, no dia em que o país decidiu agir para controlar o suprimento (de água)"<sup>2</sup>.

Para o uso e abastecimento das populações locais, em Israel e na Palestina, a água está disponível tanto na forma superficial quanto subterrânea. No primeiro caso, pode-se citar a bacia do rio Jordão, incluindo-se o alto Jordão e seus tributários, o Mar da Galiléia, o rio Yarmuk e o baixo Jordão que são as principais fontes de água que abastecem o estado de Israel. Como suprimento de água subterrânea, existem dois grandes sistemas de aquíferos: o aquífero da Montanha que se situa quase que por completo sob o solo da Cisjordânia, com uma pequena porção sob o Estado de Israel; e o aquífero

Costeiro que se estende por quase toda faixa litorânea israelense até Gaza.

O aquífero da Montanha

subdivide-se em três grandes unidades: o aquífero de Leste, o aquífero de Oeste e o aquífero de Nordeste. Todos possuem área de recarga nas montanhas situadas na Cisjordânia, e apenas o aquífero

não utiliza suas águas, já bastante prejudicadas pelo uso excessivo e conseqüente salinização. Talvez esse possa ser um dos motivos da recente retirada israelense da Faixa de Gaza. Não tendo ligações históricas mais

profundas com a região, e agora com os recursos hídricos se tornando escassos ou impróprios, a saída de Gaza pode querer demonstrar à opinião pública mundial uma boa vontade de Israel no processo de paz.

Segundo as leis internacionais sobre o uso de águas transfronteiriças, todas essas fontes são consideradas "recursos naturais compartilhados" e mais especificamente "cursos d'água transfronteiriços" e, portanto, sujeitas a leis internacionais no que diz respeito ao uso, à forma de compartilhar e à poluição.

Porém, esta não é a realidade vivida em Israel e nos



Mapa da bacia do Rio Jordão; seu leito está na fronteira da Jordânia com a Cisjordânia, que, segundo a ONU, deveria estar sob soberania palestina. Hoje, esta área estratégica ainda é ocupada por Israel

de Nordeste Adentra o território israelense. Já o aquífero costeiro é conectado ao aquífero de Gaza, onde está sua área de recarga, mas Israel

territórios palestinos nas últimas

1 Peres, 1994:164.  
2 Jornal do Brasil, 2002:12

décadas. Israel contraria a resolução 1803 de 1962 da Assembléia Geral da ONU acerca da "soberania permanente sobre recursos naturais" que declarava que "a violação dos direitos dos povos e nações à sua soberania sobre seus recursos e riquezas naturais é contrário ao espírito e princípios da carta da ONU e retarda o desenvolvimento da cooperação internacional e da manutenção da paz". Outra resolução, a 55/209 de 2000 da Assembléia Geral também se refere à "permanente soberania dos povos sob domínio estrangeiro" e mais especificamente à "permanente soberania do povo palestino incluindo Jerusalém e população árabe nos territórios sírios do golã acerca dos recursos naturais".

Israel impõe severas restrições à população palestina no tocante ao uso da água. Palestinos têm suas bombas confiscadas, poços destruídos, são proibidos de cavarnovos poços, e até mesmo de plantar árvores frutíferas sem prévia autorização. Diante disso, a agricultura palestina fica a mercê da aridez do clima da região. Já os colonos israelenses na Cisjordânia não sofrem nenhuma espécie de restrição, e os agricultores israelenses têm fácil acesso à água. Israel tem uma das maiores proporções de área de agricultura irrigada no mundo: cerca de 50% da terra cultivada. Ou seja, é o acesso à água, e não a falta dela, o principal obstáculo à agricultura e à economia palestina.

Porém a repartição justa dos recursos hídricos se coloca como um obstáculo à paz. Não haveria um grande conforto hídrico se a água fosse dividida entre os dois povos; haveria sim um stress hídrico. O incentivo à imigração e à colonização da Cisjordânia, não faria sentido se

não fosse possível garantir desenvolvimento, segurança e conforto, incluindo disponibilidade de água como requisito para os três itens.

A região em conflito sofre com sérios problemas em relação ao abastecimento de água. Existem poucos rios, apenas alguns perenes, e o volume de água que eles podem garantir às populações não é suficiente. Nota-se assim a importância que os grandes aquíferos existentes sob o solo da Cisjordânia e da planície costeira têm para a região. Segundo Martin "E para complicar definitivamente a situação é evidente que os lençóis petrolíferos não obedecem fronteiras nacionais, colocando-se a questão de quem é o dono do subsolo, coisa difícil

mo que parcialmente, o controle da água para um governo palestino. Em 1990 o então ministro da agricultura israelense publicou um anúncio de uma página inteira no jornal *Jerusalem Post* acerca da percepção da necessidade de Israel em "controlar completamente o uso dos recursos hídricos originados na Cisjordânia através da permanente ocupação daquele território". E conclui que "é difícil conceber qualquer solução política consistente com a sobrevivência de Israel que não envolva o completo e contínuo controle israelense da água e do sistema de esgotos, e da infra-estrutura associada, incluindo a distribuição, a rede de estradas, essencial para sua operação, manutenção e acessibilidade"<sup>6</sup>.

Durante a década de 1990 vários acordos foram assinados e muitas rodadas de conversações foram travadas, sem que se pudesse chegar a uma solução para o conflito, sobretudo no que diz respeito à água. Em julho de 2000 tivemos talvez o momento em que a paz esteve mais próxima. Na cúpula de Camp David o premiê de Israel Ehud Barak, os então presidentes



Camponês palestino em área seca da Cisjordânia

de se estabelecer em reservas intercomunicantes"<sup>3</sup>. O mesmo vale para a água. As questões que se colocam são as seguintes: como se definir no caso de um aquífero (ou de vários) a quem pertence o subsolo? Como coordenar a exploração, no caso da existência de dois Estados, para que não haja uma exploração maior por parte de um deles? "Persistem muitas dúvidas (...) nas definições sobre o uso do subsolo (...) "<sup>4</sup>.

"A ocupação israelense na Cisjordânia e Gaza é uma disputa pelo controle dos recursos da região, principalmente terra e água"<sup>5</sup>. Israel não concebe a idéia de passar, mes-

da ANP, Yasser Arafat, e dos Estados Unidos, Bill Clinton, tentaram discutir assuntos bastante delicados como o prazo para a formação do Estado palestino para 13 de setembro do mesmo ano, e pela primeira vez, embora superficialmente, o status de Jerusalém. Esse confronto ficou conhecido mundialmente, como o momento em que Arafat "perdeu" a

3 Martin, 1992:72

4 Martin, 1992: 86

5 *Le Monde Diplomatique*, 2002.

6 ONU, 1992:18.

dade de sua vida de fundar um Estado palestino. O que a imprensa mundial veiculou de forma equivocada foi a intransigência palestina, atribuindo a ela o fracasso das negociações. Além disso, a proposta israelense foi considerada por muitos como “generosa”, inclusive pelos mediadores, os Estados Unidos.

Porém, quando se analisa a proposta israelense, percebe-se que era, como afirma Gresh, “uma visão de paz imposta pelo mais forte”, pois propunha um Estado palestino menor e com fronteiras diferentes daquelas que a Resolução 242 conclama. Israel anexaria 9,5% da Cisjordânia e alugaria, a “longo prazo”, 10% à margem do rio Jordão. Dessa forma, Israel controlaria todas as fronteiras do Estado palestino. O que chama a atenção é a proposta de controle de toda a bacia do rio Jordão no seu lado ocidental, e o corredor que permitiria o acesso do Estado israelense às margens do rio.

Entra na discussão nesse momento a viabilidade de todas essas propostas. Como poderia o Estado palestino sobreviver, sem o controle efetivo da distribuição de água, sem o acesso à água do baixo Jordão, sem o controle de suas fronteiras, e sem uma contigüidade territorial? Ao que parece a proposta israelense tinha mais o interesse em atribuir o fracasso da paz à ANP e a Yasser Arafat, colocando-o contra a opinião pública mundial e eximindo Israel desses fracassos, do que efetivamente negociar a paz e conceder o legítimo Estado ao qual os palestinos têm direito.

A partir desse momento, ambos os lados alegando a indisposição do outro, buscaram formas menos diplomáticas de defender seu ponto de vista. A espiral da violência aumenta. A demarcação unilateral e a construção de um muro para separar os palestinos do lado israelense, provoca a ira palestina. Esses por sua vez intensificam os ataques a alvos israelenses, que não medem esforços para

retaliar.

As perguntas que aparecem nesse momento são: qual a viabilidade de um Estado palestino onde os habitantes não tenham o acesso desejado, nem o controle da exploração, distribuição e preços da água, e que a interferência de Israel nessa questão possa causar uma ruptura territorial, inviabilizando-o economicamente? Qual a possibilidade de existência de Israel, em uma situação pouco provável, de que os palestinos controlem completamente seus recursos hídricos privando-os assim da maior parte da água que consomem? Existe alguma possibilidade de um gerenciamento conjunto entre os dois governos, possibilitando a repartição igualitária dos recursos hídricos? Essa última pergunta, embora pareça ser a que todos desejam ouvir uma resposta afirmativa, esbarra em outra questão que é a real disponibilidade de água na região, obrigando assim os dois povos a utilizar a água de maneira racional. O que para os palestinos seria um avanço, levando em conta sua condição atual, para os israelenses seria um retrocesso, pois acarretaria na perda de qualidade de vida, digna dos países desenvolvidos sem problemas relacionados à água, porém, numa das regiões mais secas do planeta.

## Considerações finais

As discussões territoriais e a viabilidade de um Estado palestino passam necessariamente por acordos acerca dos recursos hídricos. Acordos que definitivamente tragam alguma equidade e justiça na gestão e consumo de água, e que não sejam postergados para serem discutidos em negociações futuras. Sem essa condição básica, a soberania sobre recursos naturais e sociais se torna inviável a criação do Estado palestino.

Se nos for permitido sobrepor a esperança à realidade, pode-se

desejar para um futuro breve, que a ONU faça valer suas resoluções, com o apoio das grandes potências mundiais, e que palestinos e israelenses se conscientizem do problema que os cerca, e que mesmo enfrentando dificuldades em relação à disponibilidade de água, consigam compartilhar igualmente os recursos existentes. Só assim, essa geração de líderes mundiais poderá se orgulhar (e obviamente capitalizar os dividendos políticos) de um feito que há muito se busca, a pacificação de uma das regiões mais belas e importantes, sob os mais variados pontos de vista, do mundo. ■

## Bibliografia

APPLIED RESEARCH INSTITUTE-JERUSALEM. “The water conflicts in the Middle-East from a Palestinian perspective. West Bank, Palestine”, s/d.

GRESH, A. “Como a paz foi perdida” - Le Monde Diplomatique edição 20 setembro de 2001 – pg. 1

GRESH, A. “Uma paz despedaçada?” - Le Monde Diplomatique edição 30 – julho de 2002

LEIN, Y “Not even a drop: the water crisis in Palestinian villages without a water network”. Jerusalem: B’Tselem, 2000.

MARTIN, A. R. “Fronteiras e nações”. São Paulo: Contexto, 1992.

PERES, S. “O novo Oriente Médio”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RIBEIRO, W. C. “A Dimensão internacional dos recursos hídricos”. 2001.

SOARES, G. F. S. “Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades”. São Paulo: Atlas, 2001.

UNITED NATIONS. “Water resources of the occupied Palestinian territory – DPR Study”. New York, 1992.

**Gilberto Souza Rodrigues Júnior,**  
mestrando em Geografia Humana